

Dialética entre o campo e a cidade: Histórias de diálogos e discussões entre o urbano e o rural na Região Metropolitana de Rosario (Argentina)

Dialectic between the Countryside and the City: Histories of Dialogues and Discussions between Urban and Rural Areas in the Metropolitan Region of Rosario (Argentina)

Cecilia Inés Galimberti*

<https://orcid.org/0000-0001-9030-0143>

Resumo

A relação entre o campo e a cidade tem sido, há muito tempo, central para a formação das identidades territoriais e das configurações espaciais. Na América Latina, essa relação foi transformada por processos globais e regionais, como a modernização agrícola, a expansão do agronegócio, o desenvolvimento industrial e, mais recentemente, a urbanização metropolitana. Este artigo toma como estudo de caso a Região Metropolitana de Rosário, na Argentina. Essa região tem sido um importante polo agroexportador global desde suas origens e continua desempenhando esse papel na atualidade, ao mesmo tempo em que é atravessada por diversos processos de urbanização. Por meio de uma abordagem multiescalar, histórico-regional, o artigo apresenta uma narrativa histórico-descritiva e exploratória sobre a transformação da região, com foco em como as dinâmicas agrícolas, industriais, infraestruturais e imobiliárias moldaram as localidades e suas identidades. O artigo argumenta que compreender as continuidades e rupturas de longa duração é fundamental para interpretar os conflitos contemporâneos na interface rural-urbana, incluindo disputas de uso do solo, expansão urbana de baixa densidade e conflitos socioambientais associados ao agronegócio.

Palavras chaves: Rural. Urbano. História. Transformações territoriais. Região metropolitana

*Doutora em Arquitetura pela Universidade Nacional de Rosário (UNR). Pesquisadora do CURDIUR (CONICET-UNR). Professora da UNR (Argentina) e Professora internacional da Universidade da Costa (Colômbia). E-mail: cecilia.galimberti@conicet.gov.ar



Abstract

The relationship between the countryside and the city has long been central to the formation of territorial identities and spatial configurations. In Latin America, this relationship has been transformed by global and regional processes such as agricultural modernization, the expansion of agribusiness, industrial development, and more recently, metropolitan urbanization. This article takes the Metropolitan Region of Rosario in Argentina as a case study. This region has been a significant global agro-exporting hub since its origins and continues to play this role today, while also being subject to various urbanization processes. Through a multi-scalar, historical-regional approach, the article presents a descriptive-exploratory historical account of the region's transformation, focusing on how agricultural, industrial, infrastructural, and real estate dynamics have shaped localities and their identities. The article argues that understanding long-term continuities and ruptures is essential for interpreting contemporary conflicts at the rural-urban interface, including land-use disputes, low-density urban expansion, and socio-environmental conflicts associated with agribusiness.

Keywords: Rural. Urban. History. Territorial transformations. Metropolitan region

Introdução

“Cities are a product of the earth. They reflect the peasant’s cunning in dominating the earth; technically they but carry further his skill in turning the soil to productive uses, in enfolding his cattle for safety, in regulating the waters that moisten his fields, in providing storage bins and barns for his crops. Cities are emblems of that settled life which began with permanent agriculture: a life conducted with the aid of permanent shelters, permanent utilities like orchards, vineyards, and irrigation works, and permanent buildings for protection and storage. Every phase of life in the countryside contributes to the existence of cities”¹.

Desde suas origens, a cidade e o campo mantêm uma conexão inseparável na experiência das comunidades humanas. Ao longo da longa história dos assentamentos humanos, todos nós, direta ou indiretamente, dependemos do campo para suprir aquilo de que precisamos para viver, ao mesmo tempo em que reconhecemos as conquistas da sociedade, sendo uma das maiores a

¹MUMFORD, Lewis. *The Culture of Cities*. New York: Harcourt, Inc., 1970, p.3.

cidade, com sua forma singular de civilização². Essas duas formas espaciais estão profundamente interligadas ao longo do tempo, influenciadas por complexos processos socioeconômicos e políticos, que impactam mutuamente suas trajetórias. Assim, a análise do espaço é abordada a partir de sua relação dialética ao longo da história³.

Atualmente, muitos territórios metropolitanos atravessam profundos processos de transformação, com um aumento global das dinâmicas de urbanização sobre áreas tradicionalmente ocupadas por práticas rurais. As fronteiras entre campo e cidade tornam-se cada vez mais tênues, conformando espaços de interface multidimensionais, heterogêneos e complexos, que se constituem como arenas de disputas entre diferentes usos e atores.

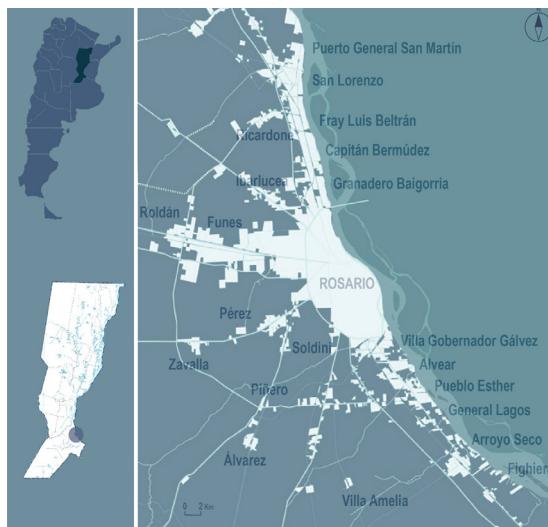
Na América Latina, essa dialética foi moldada por processos históricos específicos: colonização, expansão agrária, organização territorial baseada nas ferrovias, o modelo agroexportador, ondas de industrialização e a reestruturação neoliberal. As políticas neoliberais identificadas nas últimas décadas, juntamente com a tendência de enfraquecimento do poder estatal, fortaleceram a esfera privada, resultando em transformações territoriais impulsionadas mais pela lógica do capital do que pelas diretrizes dos Estados locais. Essa predominância do capital financeiro e econômico reflete-se no agravamento da estrutura socioeconômica territorial. Há um duplo processo guiado pela pressão do mercado: por um lado, as rendas agrícolas impulsionadas pelo boom das commodities e, por outro, a geração de renda urbana nos novos processos de urbanização. Nesse sentido, as bordas urbanas estão sob forte pressão imobiliária, pois as rendas urbanas são muito superiores às rendas rurais, antecipando futuras expansões⁴. Isso muitas vezes leva a mudanças normativas, apesar da inexistência de uma necessidade real de novas terras urbanizáveis, já que apenas essa alteração provoca um aumento exponencial no preço da terra.

² WILLIAMS, Raymond. *The Country and the City*. Oxford University Press, 1975.

³ LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Basil Blackwell, 1991

⁴ JARAMILLO GONZÁLEZ, Samuel. *Hacia una teoría de la renta del suelo urbano*. Ediciones Uniandes, 2010

Figura 1 – Localização da Região Metropolitana de Rosário.



Fonte: Elaboração própria com base em dados cadastrais e na Infraestrutura de Dados Espaciais da Província de Santa Fe (IDESF).

Na Argentina, e particularmente na província de Santa Fe, a relação rural-urbana é profundamente marcada pela economia agroexportadora, pela colonização agrícola, pelos fluxos migratórios e pela concentração de infraestrutura ao longo do rio Paraná. A Região Metropolitana de Rosário⁵ (RMR) constitui um caso exemplar para compreender essas transformações. Desde o século XIX, a área tem sido um nó central da economia nacional e internacional de grãos, inicialmente como coração da produção de trigo e, mais tarde, como o principal polo mundial de processamento de soja. Simultaneamente, é a terceira maior região metropolitana da Argentina, com expressivo crescimento demográfico e expansão territorial desde o final do século XX. Esses processos sobrepostos configuraram uma interface rural-urbana complexa e conflitiva, onde a produção agrária, as atividades industriais e a urbanização dispersa coexistem frequentemente com fortes tensões (Fig. 1).

⁵ Embora diversas delimitações da região tenham sido identificadas ao longo do tempo, de acordo com enfoques analíticos espaciais, funcionais ou políticos, este estudo (que adota uma perspectiva histórica da área) utiliza a delimitação estabelecida pela Prefeitura do Grande Rosário em 1969. Além disso, é importante destacar que este trabalho não se concentra no desenvolvimento específico da cidade principal (Rosário), pois ela possui uma autonomia particular e já existe uma vasta literatura sobre sua história. Em vez disso, o artigo focaliza a história regional e as características específicas das demais localidades que compõem a região.

Este artigo busca interpretar a relação dialética entre campo e cidade na RMR por meio de uma reconstrução histórico-regional dos processos produtivos, infraestruturais, demográficos e de urbanização. O objetivo não é reconstruir exaustivamente todos os períodos históricos, mas identificar pontos de inflexão e continuidades significativas que iluminem os conflitos atuais. Argumenta-se que compreender a complexa transformação histórica da região e as características particulares de suas localidades permite aprofundar a análise dos desafios e oportunidades contemporâneas, bem como identificar possíveis diretrizes baseadas numa perspectiva ambiental integrada que contribua para a sustentabilidade. A metodologia empregada inclui: periodização histórica baseada em mudanças significativas no uso do solo, na infraestrutura e na produção; análise multiescalar, examinando dinâmicas regionais e trajetórias locais; e uso de diversas fontes, como estudos históricos, censos populacionais (1947, 1970, 1991, 2010), relatórios oficiais, documentos de planejamento e arquivos cartográficos regionais.

O artigo está organizado em cinco seções. A primeira examina a formação de uma identidade rural regional, traçando a continuidade desde as práticas pecuárias originais até o boom contemporâneo da soja. A segunda analisa o desenvolvimento dos assentamentos urbanos associados à expansão ferroviária e aos posteriores processos industriais e residenciais. A terceira adota uma abordagem escalar para explorar as trajetórias locais diferenciadas dentro da RMR. A quarta aborda as tensões recentes geradas pela sobreposição entre as dinâmicas do agronegócio e a urbanização metropolitana. Por fim, a conclusão revisita a dialética campo–cidade e reflete sobre suas implicações para o planejamento territorial.

Formação de uma Identidade Rural Regional: da pecuária ao boom da soja

A identidade rural da Região Metropolitana de Rosário é resultado de uma série de processos de longa duração e sobrepostos, iniciados com a colonização espanhola e que se estendem até o presente. As primeiras transformações territoriais significativas ocorreram entre os séculos XVI e XVII, quando os colonizadores introduziram gado bovino e cavalar. Como demonstram historiadores agrários⁶, a rápida reprodução desses animais e o estabelecimento da pecuária extensiva configuraram uma nova paisagem agrária.

⁶ BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. *Historia del agro argentino. Desde la Conquista hasta fines del siglo XX*. Buenos Aires: Grijalbo-Mondadori. 2001. BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo*

No século XVII, destaca-se a figura dos accioneros, beneficiários de concessões fiscais para recolher o gado selvagem que havia se multiplicado livremente. Esses concessionários começaram a se fixar no território, iniciando o comércio de gado, carne, couros, sebo e cerdas para consumo interno e trocas. Isso foi possível por meio das mercedes de tierras concedidas pelo Governo do Rio da Prata, originando as primeiras grandes propriedades rurais que estruturaram a base para a subdivisão da terra. Em 1689, a concessão de terras entre o arroyo Salinas (atual Ludueña) e a área de Matanza (atual Arroyo Seco) foi entregue ao Capitão Luis Romero de Pineda⁷. Com o tempo, essa faixa original foi subdividida por herança, caracterizada por longas porções estreitas perpendiculares aos cursos d'água, cujo acesso era essencial para a atividade pecuária. Assim, as práticas iniciais de ocupação já estabeleciam uma lógica territorial que moldaria a divisão da terra, o arranjo dos assentamentos e as atividades futuras⁸.

A metade do século XIX marcou um processo de mudança que moldou profundamente a identidade regional. As políticas nacionais de modernização, especialmente a colonização agrícola, transformaram significativamente as dinâmicas territoriais. O conceito de colônia caracterizava novos assentamentos vinculados à “revolução agrícola”, que implicava a introdução de populações externas e a conversão de áreas pastoris em terras agrícolas mediante o sistema de quadriculamento. Em aproximadamente duas décadas (1870-1890), a colonização agrícola produziu uma nova paisagem produtiva baseada em pequenas propriedades cerealeiras.

Nicasio Oroño (governador de Santa Fe entre 1865 e 1867) desempenhou um papel central na promoção da agricultura. As colônias passaram de quatro em 1864 para trinta e uma em 1872. Ao final desse período, cerca de 600.000 hectares de colônias dedicadas à agricultura haviam sido estabelecidos. Em quinze anos, Santa Fe experimentou um aumento de 22% da superfície cultivada com trigo⁹. Conforme destacam Garavaglia e Gelman, a colonização teve

agrario pampeano Tomo I: La expansión ganadera hasta 1895. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

⁷ MONGSFELD, Oscar. *Evolución Histórica del Área de la Prefectura del Gran Rosario. Cuadernos de Trabajo Prefectura del Gran Rosario 7*. Rosario: Prefectura del Gran Rosario, 1971.

⁸ GALIMBERTI, Cecilia & Jacob, Nadia. “Entre el campo y el río: transformaciones del paisaje productivo en la Región Metropolitana de Rosario (Argentina)”. In *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 41, 2021, pp. 81-101. <https://revistas.ucm.es/index.php/AGUC/article/view/76723/4564456558051>

⁹ MARTÍNEZ DE SAN VICENTE, Isabel. “La inmigración y la formación de la red urbana de la Provincia de Santa Fé”. En Gastone Ave y Emmanuella de Menna (Eds.), *Arquitectura y urbanística de origen italiano en Argentina*. Gangemi Editores, 2010.

impacto decisivo na província, cuja população cresceu de 41.000 habitantes em 1858 para 400.000 em 1895, impulsionada pelo forte processo imigratório.

Apesar do discurso favorável à pequena propriedade, a estrutura latifundiária persistiu. A colonização (entendida como distribuição da propriedade fundiária) foi em grande parte substituída pela expansão da fronteira agrícola por meio do arrendamento. Assim, a figura do *colono arrendatário* tornou-se central para viabilizar a expansão da agricultura cerealista. Foi ele o agente que possibilitou a diversificação produtiva das Pampas, complementando e, por vezes, competindo com a pecuária. As condições dos arrendatários, distantes do ideal do colono proprietário, geraram crescente descontentamento que culminou em movimentos de protesto buscando melhores contratos e condições de vida¹⁰.

No final do século XIX, Santa Fe concentrava mais da metade da área semeada do país, ganhando o apelido de “celeiro da Argentina”, especialmente pela produção de trigo, milho e linho (Fig. 2). Essa transformação produtiva foi viabilizada pelo desenvolvimento da infraestrutura ferroviária e portuária. O sistema ferroviário alterou radicalmente a estrutura regional, não apenas do ponto de vista da comunicação e da produção, mas também como catalisador da urbanização. Em toda a região, cada estação ferroviária deu origem a um núcleo populacional, impulsionando a formação de diversas localidades¹¹.

¹⁰ MARTIRÉN, Juan Luis. *La transformación farmer: colonización agrícola y crecimiento económico en la provincia de Santa Fe durante la segunda mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2016.

¹¹ CABALLERO, Adrián (Coord). *Proceso de Formación urbano-territorial y dinámica de transformación del Área Metropolitana de Rosario*. Consejo Federal de Inversiones, 1991.

Figura 2 – Fragmento do mapa topográfico cadastral da Província de Santa Fe de 1895, correspondente à atual Região Metropolitana de Rosário.



Fonte: Mapoteca da Biblioteca Nacional da Argentina.

Assim, a região passou por uma rápida transformação em torno da instalação dos ramais e estações ferroviárias, bem como da formação de povoados majoritariamente vinculados a elas. Embora inicialmente se reconhecesse uma identidade regional associada à pecuária, esta evoluiu para um forte processo de agriculturalização, vinculado à infraestrutura ferroviário-portuária e à sua relação com o início da urbanização. Apesar de as atividades agrícolas terem desempenhado um papel fundador na formação inicial da região (posicionando-a estrategicamente, em âmbito nacional e internacional, devido às suas exportações primárias), após a década de 1920, com o início da industrialização por substituição de importações, registrou-se também um importante crescimento industrial, o que levou a um aumento substancial do solo urbano nas localidades onde esses componentes produtivos se instalaram¹². Por volta de meados do século XX, com forte participação de capital estrangeiro, novas indústrias de base foram implantadas na região, evidenciando uma diminuição das atividades agrícolas. A comparação entre os censos de 1947 e 1969 mostra que a área destinada a usos rurais diminuiu de 367.806 hectares para 348.577

¹² ANSALDI, María Delia; Corea, Mario & Pla, Lidia. *Análisis preliminar de la estructura física del Área Metropolitana de Rosario*. Cuaderno 9 Prefectura del Gran Rosario, 1971.

hectares, em favor da expansão dos usos urbanos¹³. Quanto à produção agrícola, em 1968 a área cultivada estava distribuída da seguinte forma: 62,25% cereais, 17% forrageiras, 10,5% oleaginosas, 7,75% batata e 2,5% hortaliças.

A partir da década de 1970, os métodos de produção agrícola mudaram significativamente, especialmente com a expansão do cultivo de soja. Em particular, desde os anos 1990 ocorreram diversas inovações tecnológicas, como a aprovação das sementes transgênicas RoundUp Ready (resistentes a herbicidas como o glifosato), a adoção da semeadura direta e o forte aumento das plantas de processamento e exportação ao longo do rio Paraná. Como resultado, a área cultivada com soja na Argentina passou de 2 para 17 milhões de hectares entre os anos 1980 e 2005¹⁴. Assim, na região do Grande Rosário, a participação aproximada de 10% do cultivo de oleaginosas no final da década de 1960 aumentou para 40% da área total de cultivo de grãos em 2013. Além disso, é importante destacar que a região concentra 40% da população da província, ocupando apenas 1,4% da superfície de Santa Fe, e que, na sua porção sul, se gera 60% da produção provincial de cereais e oleaginosas. Adicionalmente, a RMR abriga o principal complexo agroexportador do país (e um dos mais importantes do mundo)¹⁵.

Formação e Expansão Urbana: Povoados Ferroviários, Polos Industriais e Loteamentos Residenciais

A formação e a expansão urbana na Região Metropolitana de Rosário desenvolveram-se por meio de sucessivas ondas de transformações infraestruturais, industriais e residenciais, que reconfiguraram paisagens historicamente rurais em um ambiente progressivamente metropolitano. A primeira grande onda ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, quando o desenvolvimento ferroviário desempenhou um papel fundamental na definição dos padrões locais de assentamento. A implantação da Ferrovia Rosário-Córdoba reorganizou a mobilidade, conectou a produção agrícola aos mercados nacionais e internacionais e estimulou a criação de novos centros

¹³ ROFMAN, Alejandro. *Prediagnóstico de la estructura productiva del área del Gran Rosario*. Municipalidad de Rosario: Comisión Coordinadora Urbanística, Ferroviaria, Vial y Portuaria para la ciudad de Rosario, 1971.

¹⁴ GALIMBERTI, Cecilia. “Entre la soja y la casa: Incremento de suelo urbano en el ámbito rural del Gran Rosario”. In *Arquitectura, Urbanismo, Sustentabilidad*, 30, 2021, pp.18-25. <https://doi.org/10.4206/aus.2021.n30-04>

¹⁵ ENTE DE COORDINACIÓN METROPOLITANA DE ROSARIO. *Desarrollo productivo en el Área Metropolitana de Rosario. Aportes para la gestión territorial*. Rosario: ECOM. 2015. <https://ecomrosario.gob.ar/web/uploads/biblioteca/70/DESARROLLO%20PRODUCTIVO%20EN%20EL%20AMR.pdf?1606827018>

populacionais ao redor das estações ferroviárias. Esses povoados emergentes, caracterizados por traçados em grelha e por uma combinação de atividades agrícolas, comerciais e de serviços, expressavam a primeira interdependência entre as dinâmicas rurais e urbanas. Acolhiam grupos sociais diversos (incluindo trabalhadores ferroviários, colonos agrícolas e imigrantes), cujas práticas cotidianas produziram identidades híbridas e instauraram a estrutura territorial multinodal inicial da região.

Uma segunda onda de expansão ocorreu em meados do século XX, com a consolidação das atividades industriais. A partir da década de 1930 e com maior intensidade no pós-guerra, fábricas especializadas em setores petroquímico, metalúrgico e de celulose transformaram localidades como San Lorenzo, Puerto General San Martín, Capitán Bermúdez e Granadero Baigorria em importantes complexos industrial-portuários. A industrialização atraiu sucessivas vagas de trabalhadores, estimulou a construção de novos bairros e desencadeou a expansão urbana periférica. Embora o corredor industrial tenha se tornado uma das zonas econômicas mais dinâmicas da Argentina, a atividade agrícola permaneceu predominante em grande parte da região, reforçando a coexistência de paisagens agrárias e industriais e sustentando a relação dialética entre campo e cidade. A expansão espacial desse período também tornou mais tênues os limites municipais, originando processos iniciais de conurbação com Rosário.

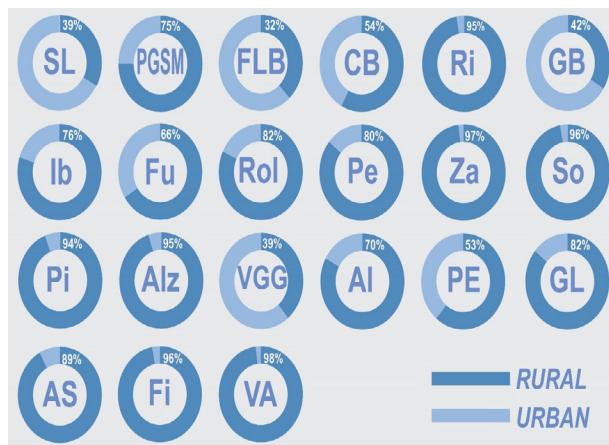
Uma terceira onda de transformação começou no final do século XX, impulsionada principalmente pela expansão residencial e pela crescente mercantilização das paisagens rurais. Localidades como Funes, Roldán, Pueblo Esther e General Lagos passaram a funcionar como destinos residenciais que atraíam famílias de classe média e média-alta em busca de amenidades associadas ao verde, à menor densidade e a estilos de vida vinculados a uma imaginação de ruralidade, ainda que esses ambientes funcionassem, na prática, como extensões da vida metropolitana.

A proliferação de condomínios fechados e loteamentos abertos desde os anos 1990 acelerou as mudanças no uso do solo e produziu significativa segmentação socioespacial. Muitos desses empreendimentos avançaram sobre áreas agrícolas onde a pulverização de agroquímicos gerava preocupações ambientais e de saúde. Simultaneamente, o crescimento urbano fragmentado e disperso impôs desafios de governança aos municípios, que passaram a enfrentar maiores dificuldades para prover infraestrutura, gerir a mobilidade e aplicar regulamentos de uso e ocupação do solo.

Uma Abordagem Escalar: Trajetórias Locais na Região Metropolitana

A análise multiescalar revela as diversas trajetórias das localidades dentro da RMR, mostrando como os processos gerais de transformação rural e expansão urbana se manifestam de maneira singular em diferentes contextos. A Figura 3 apresenta os percentuais de solo rural e urbano por localidade em 2022.

Figura 3 – Percentuais de solo rural e urbano por localidade em 2022.



Fonte: Elaboração própria com base no Ente de Coordenação Metropolitana de Rosário¹⁶.

Corredor Industrial-Portuário Norte

A consolidação de San Lorenzo (SL) começou no início do século XIX, vinculada ao Colégio San Carlos e ao Convento Franciscano, que atraíram habitantes e formaram um primeiro núcleo estável. O desenvolvimento ferroviário acelerou seu crescimento: a instalação da estação San Lorenzo em 1887 reorganizou os lotes e impulsionou novas extensões urbanas, enquanto a chegada de grandes indústrias a partir da década de 1930 criou um perfil produtivo específico que atraiu trabalhadores e intensificou a conurbação com localidades vizinhas¹⁷.

¹⁶ ENTE DE COORDINACIÓN METROPOLITANA DE ROSARIO. *La urbanización vacía: hacia una nueva política metropolitana del suelo*. Rosario: ECOM, 2022.

¹⁷ Atualmente, apenas 39% de sua área é rural.

Ao norte de SL, as localidades de Camilo Aldao e José María Cullen desenvolveram-se ao redor das estações Cullen e Cerana, dando origem a colônias e povoados a partir da década de 1880. As condições naturais favoráveis de porto facilitaram instalações iniciais de embarque de cereais e conectaram a área à produção agrícola e pecuária. Renomeada Puerto General San Martín (PGSM) em meados do século XX, a localidade expandiu-se com novos equipamentos industrial-portuários e áreas residenciais, gerando conflitos pela justaposição entre moradia, indústrias e intensa circulação de caminhões. O traçado urbano resultante é fragmentado, refletindo um crescimento sequencial e descontínuo dos bairros.

Entre San Lorenzo e Rosário, formaram-se três jurisdições: Fray Luis Beltrán (FLB), Capitán Bermúdez (CB) e Granadero Baigorria (GB). Seu desenvolvimento combinou vantagens portuárias proporcionadas pelas altas barrancas do rio Paraná, a infraestrutura ferroviária e a instalação de componentes industriais. Em FLB, a construção do Puerto Canaletas e a estação ferroviária foram decisivas, seguidas pela instalação do Arsenal Regional do Litoral em 1904, que desencadeou novos processos de urbanização¹⁸. CB teve origem na Estância Los Paraísov; a colônia foi fundada em 1886, a estação ferroviária inaugurada em 1892, e posteriores estabelecimentos industriais — especialmente a planta Celulosa em 1929 — estimularam o crescimento populacional¹⁹. A oeste, Ricardone também se originou das terras de Ortiz, com uma vocação agrícola-pecuária inicial e formação oficial do povoado em 1890; as expansões urbanas aceleraram a partir dos anos 1970 e, sobretudo, após 1990, duplicando o assentamento original nas últimas duas décadas²⁰.

Embora suas primeiras ocupações remontem ao século XVIII, o desenvolvimento moderno de Granadero Baigorria iniciou-se em 1884 com a extensão da ferrovia Rosário-Buenos Aires. A criação de um povoado próximo à estação Paganini estimulou a ocupação, e a industrialização a partir do final da década de 1920 atraiu trabalhadores e impulsionou o crescimento urbano. Em meados do século XX, a localidade já havia se conurbado com Rosário e FLB. Embora atividades agrícolas persistissem nas áreas adjacentes, GB adquiriu um caráter predominantemente industrial e portuário, diferenciando-se das demais localidades da região²¹.

¹⁸ Atualmente, 32% da área de sua jurisdição é rural.

¹⁹ Considerando as atividades em toda a sua jurisdição, apresenta um perfil tanto industrial quanto agropecuário, visto que 58% de sua área jurisdicional é rural.

²⁰ 95% da área de sua jurisdição é rural.

²¹ Atualmente, apenas 42% de sua área jurisdicional é rural.

Eixo Residencial-Recreativo Oeste

A oeste de Granadero Baigorria, Ibarlucea desenvolveu-se em torno da estação ferroviária inaugurada em 1891. As primeiras ampliações apareceram na década de 1930, e um crescimento urbano mais significativo ocorreu entre 1960 e 1970, por meio de loteamentos dispersos e desvinculados do traçado original. Nas últimas três décadas, novos parcelamentos intensificaram a transformação territorial e atraíram uma população em rápido crescimento²².

A Ferrovia Central Argentina também estruturou o desenvolvimento de Funes e Roldán. Funes teve origem em torno da estação Bandera e do primeiro assentamento de San José de Ávila (1874–1875), que desde o início apresentou um perfil recreativo e de uso nos fins de semana. Embora a pecuária tenha inicialmente moldado sua economia, a urbanização expandiu-se gradualmente, modificando o parcelamento original e ampliando a área urbana ao longo do século XX. Nos anos 1990, o município já ultrapassava 800 quadras e, desde a abertura do trecho Rosário–Córdoba da rodovia, Funes tornou-se a localidade com o maior número de novos empreendimentos privados e abertos do corredor, transformando profundamente sua morfologia e acelerando o crescimento populacional.

Roldán surgiu com a instalação de sua estação em 1866, associada à Colônia Bernstadt. O traçado original de 120 quadras expandiu-se ao longo do tempo, notadamente com a criação de Villa Flores em 1937, cujo desenho radial contrastava com o traçado em grelha inicial. A partir da década de 1960, novos empreendimentos vinculados às rotas de mobilidade (Rota 9 e A012) marcaram a expansão da localidade. Assim como em Funes, a rodovia Rosário–Córdoba impulsionou forte crescimento urbano, incorporando novos loteamentos abertos e condomínios fechados. A urbanização de terras rurais adjacentes a Funes levou à conurbação entre ambas as localidades. Consequentemente, essa área, antes predominantemente agrícola, transformou-se em uma localidade essencialmente residencial e recreativa.

Zona Agroindustrial Sudoeste

A sudoeste, a Ferrovia Oeste Santafesina desempenhou um papel decisivo nas origens de Pérez (Pe) e Zavalla (Za). A área fazia parte da Estância La Azotea. Em 1886, uma faixa dessa propriedade foi expropriada e vendida a

²² No entanto, a localidade continua desempenhando um papel predominante nas atividades agrícolas, com 76% de sua área sendo rural.

Carlos Casado para instalar a estação ferroviária e o primeiro traçado urbano. A instalação das oficinas ferroviárias Gorton em 1914 gerou um novo bairro com morfologia distinta do núcleo original, e nesse mesmo ano Villa América foi criada a certa distância do centro. Nas décadas seguintes, o crescimento continuou por meio de bairros autônomos e espacialmente desconectados, como Guardia Nacional (1930), Cabin 9 (1948), Parque Güemes (1968) e a ampliação de Villa América nos anos 1990²³. Zavalla passou por um processo semelhante, resultante dos esforços de parcelamento de Casado e oficialmente estabelecida como povoado em 1887. Ao longo do século XX, expandiu-se com novos desenvolvimentos, enquanto a instalação da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Nacional de Rosário em 1967 tornou-se um importante polo de atração populacional e de urbanização. Embora predomine a agricultura extensiva, a localidade também se destaca por significativa produção agroecológica e hortícola²⁴.

Soldini (So) apresenta o caso singular de possuir duas origens: o Pueblo Viejo, criado por Domingo Arán em 1891 como um assentamento agropecuário, e o Pueblo Nuevo, desenvolvido a partir da doação de terras de Luis Soldini Domeq para a instalação da estação da linha Rosário-Peyrano. O primeiro possuía 10 quadras, e o segundo 20, ampliando o traçado inicial. Embora a localidade tenha registrado expansões moderadas nas décadas seguintes, o crescimento mais significativo ocorreu recentemente, transformando terras periurbanas e consolidando a continuidade com o núcleo urbano histórico²⁵.

Piñero (Pi) também surgiu a partir da ferrovia Rosário-Puerto Belgrano, com a estação Don Erasto inaugurada em 1906 e um traçado inicial de 16 quadras. A partir da metade do século XX, emergiu uma urbanização dispersa afastada do núcleo original, particularmente ao longo da Rota Provincial 18 e da Rota Nacional AO12 — tendência que se intensificou nos últimos anos²⁶. Mais ao sul, o ramal da Ferrovia Central Argentina levou à instalação da estação Álvarez na Estância San Antonio, dando origem ao povoado homônimo. Embora a expansão tenha seguido o traçado original, transformações

²³ Embora a agricultura continue desempenhando um papel predominante atualmente — dado que 80% de sua área jurisdicional é rural (além da agricultura extensiva e da pecuária, destacam-se importantes plantações de floricultura e horticultura) — seu perfil industrial aumentou nas últimas décadas.

²⁴ 97% de sua jurisdição é composta por área rural.

²⁵ Atualmente, 96% de sua área jurisdicional é rural, utilizada principalmente para práticas agrícolas extensivas de soja, trigo e milho, além de atividades pecuárias; contudo, também está presente a produção hortícola.

²⁶ Sua jurisdição permanece predominantemente rural, com 94% de sua área classificada dessa forma

importantes ocorreram na década de 1990, ampliando significativamente a área urbana.

Corredor de Uso Misto ao Sul

Ao sul de Rosário, a Ferrovia Buenos Aires–Rosário desempenhou um papel fundamental na conformação de diversas localidades, cada uma com trajetórias distintas. Villa Gobernador Gálvez (VGG) surgiu como uma única cidade formada a partir de três urbanizações históricas: a fundação de Villa Gobernador Gálvez em 1888, desenvolvida ao sul do arroio Saladillo para evitar suas frequentes inundações; Villa Diego, associada à linha ferroviária, à estação e às oficinas; e Pueblo Nuevo, criado nas proximidades do frigorífico Swift para abrigar seus trabalhadores. Predominantemente urbana e suburbana, apenas 7% de VGG permanece como área rural, caracterizada por pomares, estufas e atividades agrícolas e pecuárias extensivas. Hoje é uma localidade fortemente industrial – especialmente nos setores frigorífico e metalúrgico – e o município mais populoso após Rosário.

Ao sul de VGG encontra-se Alvear (Al), cujas condições naturais de porto permitiram a instalação do cais Punta Alvear. Os primeiros moradores permanentes chegaram com a inauguração da estação Alvear em 1886, e seu traçado urbano foi aprovado em 1915; a estação Monte Flores foi incorporada em 1917. Desde a segunda metade do século XX, a expansão urbana dispersa e periférica intensificou-se, impulsionada por importantes corredores de mobilidade, como a Rota Provincial 18 e a rodovia Rosário–Buenos Aires. Esse crescimento urbano fragmentado gerou conflitos de uso do solo e desafios significativos para a provisão de serviços, apesar do perfil predominantemente rural e industrial da área²⁷.

Mais ao sul encontram-se Pueblo Esther (PE) e General Lagos (GL). PE não possui estação própria, mas foi fortemente influenciada pela dinâmica populacional gerada pela estação de GL. A partir da metade do século XX – especialmente após 1970 –, PE desenvolveu diversos loteamentos, inicialmente usados como residências de fim de semana, com traçados variados e padrões de baixa densidade. Nas últimas décadas, essa tendência acelerou-se com novos loteamentos abertos e condomínios fechados, bem como com o aumento da residência permanente²⁸. Em contraste, GL teve origem com sua estação em

²⁷ Embora desempenhe um papel industrial significativo na área, 70% de seu território é rural, dedicado principalmente a cultivos extensivos e, em menor medida, à produção hortícola em suas zonas periurbanas.

²⁸ 53% de seu território permanece rural, utilizado majoritariamente para cultivos extensivos tradicionais,

1886, embora seu traçado urbano tenha sido oficialmente aprovado apenas em 1929, marcando uma urbanização mais tardia em comparação às demais localidades. A expansão intensificou-se a partir dos anos 1960, ampliando o solo urbano em diferentes setores de sua jurisdição, muitas vezes com baixa ocupação. As duas últimas décadas registraram contínuo crescimento, incluindo vários condomínios fechados²⁹.

Arroyo Seco (AS) e Fighiera (Fi) apresentaram processos semelhantes. Embora o Posto de Arroyo Seco existisse desde 1774 ao longo da histórica Estrada Litoral entre Rosário e San Nicolás, a extensão da Ferrovia Buenos Aires-Rosário em 1887 possibilitou a instalação da estação AS e sua urbanização. Seu traçado original de 79 quadras — com quadras de 112 metros subdivididas em 10 a 16 lotes — estava inicialmente rodeado por produção agrícola, especialmente batata e cereais. Com o tempo, AS expandiu sua área urbana contínua e desenvolveu novos parcelamentos ao longo da costa, incluindo loteamentos de fim de semana e condomínios fechados³⁰. Fighiera, por sua vez, desenvolveu-se ao redor de sua estação ferroviária, com expansões modestas ao longo do século XX, mas com forte crescimento recente à beira do rio Paraná. Transformações contemporâneas incluem o desenvolvimento do condomínio fechado Azahares del Paraná, que hoje ocupa 75% da área urbana central da localidade³¹.

A maior parte dessas localidades teve origem em atividades rurais e viu seu desenvolvimento urbano vinculado às estações ferroviárias. A urbanização acelerada também ocorreu ao redor de instalações industriais a partir da década de 1930, especialmente evidente nas localidades do corredor norte³². Desde as décadas de 1960 e 1970, os municípios vêm cadastrando novas áreas urbanizáveis, que às vezes permaneceram longos períodos sem ocupação, principalmente ao longo das rodovias nacionais e provinciais. Essa perspectiva escalar confirma que, embora a RMR funcione como uma região metropolitana integrada, ela continua sendo um território em que a ruralidade (em suas

mas também apresentando produção hortícola significativa.

²⁹ 82% de sua área é rural, dedicada principalmente à pecuária e à agricultura extensiva, com produção hortícola também identificada em suas zonas periurbanas.

³⁰ 89% e sua jurisdição é composta por área rural, dedicada principalmente ao cultivo de soja, trigo e milho, mas também apresenta produção de ervilha, batata e salsa, além de atividades pecuárias e criação de aves.

³¹ A localidade é predominantemente rural, com 96% de sua área jurisdicional classificada dessa forma e utilizada principalmente para agricultura extensiva, embora as áreas periurbanas se destaquem pela produção hortícola.

³² Especialmente as localidades ribeirinhas: Puerto General San Martín, San Lorenzo, Fray Luis Beltrán, Capitán Bermúdez e Granadero Baigorria.

dimensões produtivas e identitárias) domina a maior parte da superfície, coexistindo (e frequentemente entrando em conflito) com novas formas urbanas.

Tensões Contemporâneas na Interface Rural-Urbana

A configuração contemporânea da Região Metropolitana de Rosário (RMR) é marcada por uma interface rural-urbana complexa e frequentemente conflitiva, onde a expansão do agronegócio, o desenvolvimento imobiliário e o crescimento metropolitano convergem e competem por terra, recursos e legitimidade. Mudanças demográficas e territoriais intensificaram essas tensões. A análise dos Censos Nacionais de População (Fig. 4) mostra uma correlação entre o crescimento populacional e as dinâmicas de expansão do solo urbano. Enquanto as localidades ribeirinhas experimentaram forte crescimento entre 1950 e 1970, nas últimas décadas houve uma desaceleração significativa no ritmo de expansão de Rosário, paralelamente a um aumento acentuado em cidades como Funes, Ibarlucea, Ricardone, Piñero e Pueblo Esther. Esse período também registrou a expansão da terra urbana por meio de novos loteamentos abertos e condomínios fechados.

Esse aumento populacional, associado a novas tipologias urbanas (bairros abertos e condomínios fechados) em áreas tradicionalmente rurais, está diretamente ligado a processos especulativos de geração de renda urbana em contextos de planejamento frágil³³ (devido à falta de regulamentações de uso do solo e de planos urbanos), juntamente com a promoção de estilos de vida associados ao contato com a natureza. Surge assim o conceito de “country”, para descrever empreendimentos de baixa densidade que celebram uma paisagem bucólica totalmente desvinculada das dinâmicas agroexportadoras predominantes na região³⁴.

³³ É digno de nota que, até 2018, a maioria dos municípios não contava com planos urbanos atualizados ou regulamentações de uso do solo; por isso, grande parte dos novos empreendimentos urbanos na região foi realizada de forma ad hoc, sem um planejamento prévio abrangente.

³⁴ GALIMBERTI, Cecilia. *La reinvención del río. Procesos de transformación de la ribera de la Región Metropolitana de Rosario, Argentina*. UNR Editora – A&P Ediciones, Colección Tesis Doctorales, 2015

Figura 4 – Número de habitantes em 2010 por localidade e variações intercensitárias entre 1947, 1970, 1991 e 2010.

Ros	1947 1970 1991 2010	49,0% 30,3% 4,4%
	censo 2010	948.312
PGSM	1947 1970 1991 2010	247,5% 60,7% 42,9%
	censo 2010	13.409
SL	1947 1970 1991 2010	153,4% 46,2% 12,3%
	censo 2010	46.239
FLB	1947 1970 1991 2010	567,4% 85,3% 28,4%
	censo 2010	15.389
CB	1947 1970 1991 2010	180,3% 49,1% 12,8%
	censo 2010	29.425
GB	1947 1970 1991 2010	476,3% 128,1% 68,9%
	censo 2010	37.333
Ri	1947 1970 1991 2010	123,9% 47,5% 221,0%
	censo 2010	2.703
Ib	1947 1970 1991 2010	168,4% 79,2% 204,0%
	censo 2010	4.402
Fu	1947 1970 1991 2010	196,6% 57,8% 242,0%
	censo 2010	23.520
Rol	1947 1970 1991 2010	97,3% 39,8% 52,4%
	censo 2010	14.299
So	1947 1970 1991 2010	215,1% 15,3% 38,7%
	censo 2010	3.312
Pi	1947 1970 1991 2010	327,9% 86,5% 91,8%
	censo 2010	1.816
VGG	1947 1970 1991 2010	247,5% 104,8% 28,0%
	censo 2010	80.769
PE / GL	1947 1970 1991 2010	323,8% 75,43% 61% / 64%
	censo 2010	7.195 / 4.112
AS	1947 1970 1991 2010	150,6% 37,3% 21,5%
	censo 2010	21.710
Alz	1947 1970 1991 2010	107,7% 30,8% 29,7%
	censo 2010	6.175
VA	1947 1970 1991 2010	46,8% -19,1% 26,1%
	censo 2010	1.460
AI	1947 1970 1991 2010	289,7% 28,5% 66,8%
	censo 2010	4.451
Fi	1947 1970 1991 2010	325,9% 14,0% 14,9%
	censo 2010	5.028

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos Nacionais de População e Habitação de 1947, 1970, 1991 e 2010³⁵.

A juxtaposição entre novos empreendimentos urbanos e atividades agrícolas intensivas gera múltiplos conflitos. Por um lado, a recente proliferação de condomínios fechados e loteamentos suburbanos reflete a mercantilização das paisagens rurais, transformando terras agrícolas em ativos imobiliários e promovendo mudanças de uso do solo que afetam os sistemas produtivos e ecológicos existentes. Esses empreendimentos frequentemente se instalam em áreas onde a pulverização de agroquímicos é comum, amplificando preocupações com contaminação, saúde pública e a exposição de populações vulneráveis, como crianças em escolas rurais. Isso impulsionou o surgimento de movimentos socioambientais que têm se mobilizado para exigir mudanças regulatórias, zonas de amortecimento e maior fiscalização estatal. Suas ações evidenciam o aparecimento de novos atores nas disputas territoriais e

³⁵ DIRECCIÓN NACIONAL DEL SERVICIO ESTADÍSTICO. IV Censo General de la Nación. Censo de Población. Presidencia de la Nación, Ministerio de Asuntos Técnicos, 1947.

DIRECCIÓN NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENOS. Censo Nacional de Población. Poder Ejecutivo Nacional, Secretaría de Estado de Hacienda, 1970.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENOS. Censo Nacional de Población y Vivienda, 1990.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENOS. Censo Nacional de Población y Vivienda, 2010.

ressaltam a crescente relevância da justiça ambiental como marco interpretativo das tensões rural-urbanas.

Seguindo Svampa e Viale³⁶, o modelo do agronegócio é responsável pelo problema socioambiental mais significativo da Argentina: “A Argentina consome mais de 9% de toda a produção mundial de glifosato e é o país que mais usa glifosato per capita no mundo. Os dados mostram que, na safra de 1948/1949, a Argentina utilizava apenas dez mil litros de agrotóxicos (...) hoje, alcança a impressionante marca de 500 milhões de litros aplicados anualmente sobre campos, povoados e até escolas rurais”. Essa situação provocou ações coletivas, campanhas e assembleias na região, como o coletivo “Paren de Fumigarnos”, a Assembleia dos Povos Fumigados ao longo da Rota 18 e a Assembleia de Pueblo Esther pela Vida e contra os Agrotóxicos, que denunciam e protestam contra os efeitos e impactos desse modelo produtivo.

Por outro lado, a expansão do solo urbano de forma dispersa e fragmentada coloca desafios significativos para a governança territorial. Muitos novos empreendimentos se localizam longe dos centros históricos, frequentemente além do alcance efetivo das redes de infraestrutura municipal. Como resultado, os governos locais enfrentam dificuldades para fornecer serviços básicos, regular o uso do solo e gerir a mobilidade em ambientes que se expandem mais rapidamente do que suas capacidades institucionais permitem. A distância entre as novas áreas residenciais e os tecidos urbanos existentes intensifica a dependência do automóvel, aumenta os tempos de deslocamento e dificulta a prestação de serviços de emergência e educação. Isso também gera uma pressão fiscal significativa sobre os municípios, especialmente aqueles com orçamentos e equipes reduzidos, obrigando-os a lidar com os custos de longo prazo de sustentar uma urbanização de baixa densidade frequentemente aprovada sob pressão do mercado imobiliário, e não como parte de estratégias de planejamento coerentes.

O setor do agronegócio exerce simultaneamente uma forte pressão sobre a região, reforçando a dominância produtiva da soja e consolidando um modelo territorial baseado na agricultura voltada à exportação. O avanço desse modelo intensificou a competição pela terra, elevando os valores fundiários e reduzindo a viabilidade de formas não vinculadas ao agronegócio, incluindo a pequena agricultura e a horticultura. Essas pressões se entrecruzam com a expansão urbana, criando cenários complexos nos quais incorporadores

³⁶ SVAMPA, Maristella & Viale, Enrique. *El colapso ecológico ya llegó: Una brújula para salir del (mal)desarrollo*. Siglo XXI editors, 2020, p.73.

imobiliários, produtores rurais, ativistas ambientais e governos locais reivindicam usos sobrepostos e frequentemente incompatíveis para os mesmos espaços. O resultado é uma interface dinâmica, porém instável, na qual fronteiras territoriais (físicas, funcionais e simbólicas) são constantemente negociadas e contestadas.

Essa situação é ainda mais complexificada por imaginários espaciais e sociais que moldam como diferentes grupos percebem e valorizam o campo. Para muitos moradores de novos loteamentos, a ruralidade está associada à tranquilidade, segurança e apelo estético, embora seus modos de vida dependam profundamente das infraestruturas e serviços metropolitanos. Para os produtores agrícolas, a ruralidade representa sustento econômico, patrimônio cultural e identidade produtiva, todos ameaçados pelo avanço urbano. Para os movimentos ambientalistas, o campo é um espaço de vulnerabilidade ecológica e luta política, onde práticas extrativas devem ser contestadas para proteger a vida humana e não humana. Essas interpretações concorrentes reforçam a tensão dialética entre campo e cidade que caracteriza a região: cada transformação é ao mesmo tempo produto e produtora das relações rural-urbano, remodelando identidades, espaços e práticas.

Os limites dos instrumentos de planejamento metropolitano existentes tornam-se evidentes. Embora o Ente de Coordenação Metropolitana de Rosário venha desenvolvendo diretrizes e marcos regionais de planejamento desde 2010, esses esforços têm sido insuficientes para antecipar ou gerir a velocidade e a complexidade das transformações atuais. Muitos municípios continuam autorizando expansões urbanas sem planejamento abrangente ou avaliação ambiental, respondendo mais a pressões de curto prazo do que a visões de longo prazo. Essa fragilidade regulatória reforça a fragmentação e compromete a capacidade da região de enfrentar desafios estruturais relacionados aos riscos ambientais, à desigualdade social e à provisão de infraestrutura.

Conclusões

A RMR exemplifica a dialética histórica e em constante evolução entre campo e cidade, revelando como as lógicas rurais e urbanas têm se entrelaçado, sobreposto e remodelado mutuamente ao longo dos séculos. Das práticas pecuárias à formação das colônias agrícolas, do crescimento impulsionado pelas ferrovias aos polos industriais, e do agronegócio às urbanizações residenciais dispersas, a trajetória regional demonstra que as dinâmicas rural e urbana constituem um continuum complexo e interdependente.

Os conflitos contemporâneos na interface rural–urbana refletem os efeitos cumulativos desses processos históricos. A expansão imobiliária intensificou a competição pela terra, transformando áreas agrícolas em paisagens suburbanas fragmentadas e pressionando os municípios além de suas capacidades regulatórias e de infraestrutura. Ao mesmo tempo, a consolidação do agronegócio baseado na soja reforça um modelo extrativo e orientado à exportação, ampliando riscos ambientais e concentrando o poder produtivo. Essas dinâmicas sobrepostas geram disputas socioambientais que revelam desigualdades profundas na forma como diferentes atores vivenciam e negociam as transformações territoriais.

Enquanto moradores de novos loteamentos buscam estilos de vida baseados em imaginários rurais seletivos, os produtores agrícolas enfrentam pressões relacionadas aos valores fundiários e à instabilidade regulatória, e os movimentos ambientalistas procuram mitigar os impactos sanitários e ecológicos da produção intensiva. Cada um desses atores encarna visões concorrentes de ruralidade e urbanidade, evidenciando como identidade e território permanecem dimensões profundamente disputadas da vida metropolitana.

A persistência de assimetrias estruturais na regulação do uso do solo e na governança dificulta respostas coordenadas. Apesar dos avanços em marcos de planejamento metropolitano, a fragmentação institucional enfraquece estratégias de longo prazo que integrem as necessidades rurais e urbanas. Frequentemente, os municípios operam com capacidade limitada, respondendo às pressões imediatas do desenvolvimento em vez de formular planos abrangentes.

Reconceber a relação entre campo e cidade como um processo dialético e interdependente oferece uma base conceitual para enfrentar esses desafios. Isso implica reconhecer que as transformações rurais e urbanas são mutuamente constitutivas, moldadas por forças econômicas globais, políticas nacionais, práticas locais e negociações territoriais cotidianas. Uma abordagem integrada e sensível ao território deve buscar conciliar as necessidades produtivas agrícolas com as demandas sociais e ambientais da expansão urbana, garantindo que os desenvolvimentos sejam planejados segundo uma visão sustentável, inclusiva e de longo prazo. Também envolve valorizar a multiplicidade de identidades e usos que coexistem na interface, em vez de tratar esses espaços como periféricos.

Em última instância, o caso da RMR demonstra que enfrentar os desafios da convivência rural–urbana requer navegar por tensões estruturais e

emergentes. O futuro da região depende de superar respostas fragmentadas e desenvolver estratégias integradas que reconheçam a complexidade de suas dinâmicas territoriais. Reconhecer o campo e a cidade como categorias entrelaçadas e em transformação contínua oferece um caminho para um desenvolvimento metropolitano mais equitativo e sustentável, no qual legados históricos e demandas contemporâneas possam ser articulados em um projeto territorial compartilhado. Esses resultados ressaltam a relevância de adotar abordagens de longo prazo, ancoradas historicamente, na análise das transformações rural-urbanas na América Latina.

Referências

- Ansaldi, M. D.; Corea, M. y Pla, L. (1971). Análisis preliminar de la estructura física del Área Metropolitana de Rosario. *Cuaderno 9 Prefectura del Gran Rosario*. Prefectura del Gran Rosario.
- Caballero, A. (Coord) (1991). Proceso de Formación urbano-territorial y dinámica de transformación del Área Metropolitana de Rosario. Consejo Federal de Inversiones.
- Dirección Nacional del Servicio Estadístico (1947). IV Censo General de la Nación. Censo de Población. Presidencia de la Nación, Ministerio de Asuntos Técnicos.
- Dirección Nacional de Estadística y Censos (1970). Censo Nacional de Población. Poder Ejecutivo Nacional, Secretaría de Estado de Hacienda.
- Ente de Coordinación Metropolitana de Rosario (2022). La urbanización vacía: hacia una nueva política metropolitana del suelo. Rosario: ECOM.
- Ente de Coordinación Metropolitana de Rosario (2015). Desarrollo productivo en el Área Metropolitana de Rosario. Aportes para la gestión territorial. <https://ecomrosario.gob.ar/web/uploads/biblioteca/70/DESARROLLO%20PRODUCTIVO%20EN%20EL%20AMR.pdf?1606827018>
- Instituto Nacional de Estadística y Censos (1991). Censo Nacional de Población y Vivienda.
- Instituto Nacional de Estadística y Censos (2010). Censo Nacional de Población y Vivienda.
- Jaramillo González, S. (2010). Hacia una teoría de la renta del suelo urbano. Ediciones Uniandes.

Lefebvre, H. (2013). *La Producción del Espacio*. Traducción Emilio Martínez. Capitán Swing.

Martínez de San Vicente, I. (1995). La construcción del territorio de las colonias de la “Central Argentine Land Company”. Tesis Doctoral. Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio. Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Cataluña.

Martínez de San Vicente, I. (2010). *La inmigración y la formación de la red urbana de la Provincia de Santa Fé*. En Gastone Ave y Emmanuella de Menna (Eds.), *Arquitectura y urbanística de origen italiano en Argentina*. Gangemi Editores.

Mongfeld, O. (1971). Evolución Histórica del Área de la Prefectura del Gran Rosario. *Cuadernos de Trabajo Prefectura del Gran Rosario* 7, Rosario, Prefectura del Gran Rosario.

Mumford, L. (1970). *The Culture of Cities*. Harcourt, Inc.

Galimberti, C. (2021). Entre la soja y la casa: Incremento de suelo urbano en el ámbito rural del Gran Rosario. *Arquitectura, Urbanismo, Sustentabilidad*, 30, 18-25. <https://doi.org/10.4206/aus.2021.n30-04>

Galimberti, C. y Jacob, N. (2021). Entre el campo y el río: transformaciones del paisaje productivo en la Región Metropolitana de Rosario (Argentina). *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, 41, 81-101. <https://revistas.ucm.es/index.php/AGUC/article/view/76723/4564456558051>

Galimberti, C. (2015). *La reinvenCIÓN del río. Procesos de transformación de la ribera de la Región Metropolitana de Rosario*, Argentina. UNR Editora – A&P Ediciones, Colección Tesis Doctorales.

Garavaglia, J. C. y Gelman, J. (2003). *Capitalismo agrario en la frontera*. Buenos Aires y la región pampeana en el siglo XIX. Historia Agraria, 29, 105-121.

Rofman, A. (1971). Prediagnóstico de la estructura productiva del área del Gran Rosario. Municipalidad de Rosario: Comisión Coordinadora Urbanística, Ferroviaria, Vial y Portuaria para la ciudad de Rosario.

Svampa, M. y Viale, E. (2020). *El colapso ecológico ya llegó: Una brújula para salir del (mal)desarrollo*. Siglo XXI editores.

Williams, R. (2001). *El campo y la ciudad*. Paidós. (Original publicado en 1973)

Artigo recebido para publicação em 13/11/2024 e aprovado em 24/11/2025.